

**Conselho de Curadores
da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)**

Parecer sobre o Orçamento para o ano de 2026

A proposta de Plano de Atividades e Orçamento da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) para o exercício de 2026, enviada ao Conselho de Curadores e aprovada previamente pelo Conselho de Administração, insere-se no segundo ano de vigência do Plano Estratégico 2025–2028. Este plano sucede ao ciclo anterior (2021–2024) e incorpora aprendizagens da Avaliação Institucional 2022–2024, bem como os desafios emergentes da transformação digital, internacionalização e reforço da qualidade do ensino superior.

O orçamento para 2026 foi elaborado com base na execução previsional de 2025, ano inaugural do novo plano estratégico. Um progresso nas metodologias orçamentais tendo em conta que exercícios passados se baseavam apenas nos orçamentos anteriores e não nas execuções previsionais.

Regista-se que a execução de 2025 apresentou um resultado positivo, embora inferior ao inicialmente previsto, o que condiciona em parte a margem de atuação para 2026. Ainda assim, a proposta orçamental para 2026 mantém um equilíbrio prudente entre receitas e despesas, prevendo um ligeiro excedente operacional, o que permite à Agência continuar a cumprir a sua missão com sustentabilidade.

O cumprimento da receita prevista para 2026 depende da realização de um número recorde de avaliações (mais de 1.500, mais de 20% do que em 2025). A A3Es identificou este risco face à carga operativa envolvida nas avaliações. Reitera-se a importância das medidas de mitigação apresentadas, nomeadamente o reforço a equipa de avaliadores a otimização do calendário de avaliações e sobretudo a monitorização mensal dos processos para adoção de medidas proativas, como avaliações remotas, que garantam o cumprimento das metas anuais.

Destaca-se positivamente a inclusão, no documento orçamental, das Demonstrações Financeiras Previsionais (Balanço e Demonstração de Resultados), bem a inclusão de uma atividade de capacitação interna, no que respeita a definição do modelo de governo do processo orçamental e da metodologia de acompanhamento e ajustamento de desvios. Estas melhorias procuram responder às recomendações formuladas por este Conselho nos pareceres de 2024 e 2025, e representarão um avanço significativo na transparência e robustez do processo de planeamento.

No entanto, subsistem aspetos que merecem atenção e que têm sido reiteradamente apontados.

Embora tenha existido o esforço de mapeamento de custos e proveitos nas principais áreas de atuação e de missão, continua a verificar-se a ausência de maior granularidade na informação relativa às atividades orçamentadas. Reitera-se a importância de explicitar, sempre que possível, a distribuição dos recursos por áreas de intervenção, nomeadamente no que respeita à avaliação de ciclos de estudo em áreas prioritárias para o país (como saúde, ciência de dados, engenharia) e a despriorização de renovações de acreditações em áreas de reduzida relevância estratégica para o país. Esta informação

- permitiria uma melhor avaliação do alinhamento estratégico da atuação da Agência com as necessidades do sistema de ensino superior.
- Embora o orçamento de 2026 não preveja uma nova redução das taxas cobradas às Instituições de Ensino Superior, compreende-se tal decisão face à menor margem orçamental disponível. Ainda assim, o Conselho de Curadores recomenda que, caso se verifiquem excedentes significativos no final do exercício, seja ponderada a possibilidade de uma revisão das taxas a aplicar em 2027/ 2028, em linha com os princípios de equidade e sustentabilidade.
- É de salientar o investimento previsto em tecnologias de informação, com destaque para a adoção de ferramentas de inteligência artificial e o reforço da ciber-segurança, áreas críticas para a modernização e resiliência da Agência. Contudo, a dotação financeira para estas atividades (aproximadamente 50 mil euros para IA), aponta para um modesto nível de ambição, justificado potencialmente pela ainda reduzida aplicação destes desenvolvimentos tecnológicos na digitalização e otimização das atividades junto das Instituições de Ensino Superior - o plano de atividades indica que a integração da IA em 2026 será apenas numa lógica de apoio aos processos internos.
- A internacionalização, sendo uma das peças estratégicas para o desenvolvimento da atividade da A3ES, beneficiaria de uma análise orçamental segregada.

Em suma, o Orçamento 2026 da A3ES apresenta-se bem fundamentado, prudente e alinhado com as prioridades estratégicas da Agência e com as orientações deste Conselho de Curadores. Existe coerência entre o Plano de Atividades e o orçamento, garantindo os meios para cada iniciativa sem descurar a contenção de gastos na atividade. A A3ES demonstrou ainda capacidade de resposta às recomendações deste Conselho, melhorando a transparência e o detalhe das informações orçamentais, o que consideramos um sinal muito positivo de melhoria das práticas de *governance*.

Em face do exposto – e considerando que o orçamento cumpre os objetivos de assegurar a missão da Agência de forma eficaz e sustentável, resguardando simultaneamente os princípios de prudência financeira – concluímos que a proposta orçamental para 2026 é substancialmente sólida e merece parecer favorável. Recomenda-se, todavia, que a Agência mantenha uma gestão atenta durante a execução de 2026, dado o elevado volume de atividades planeadas e a menor margem operacional. Recomenda-se também que, na preparação dos próximos exercícios, se continue a aprofundar a metodologia de imputação de custos por atividades e a avaliação do grau de execução do Plano Estratégico – ferramentas que se revelam úteis tanto para a gestão interna como para a apreciação externa pelo Conselho

Lisboa, 10 de dezembro de 2025


Paulo Moita Macedo